



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

PROPOSTA Nº 262/2015

Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal o 4.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa

Pelouro: Reforma Administrativa

No passado dia 21 de janeiro de 2014, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, sob proposta da Câmara (Proposta n.º 4/2014 e Propostas n.º 915 e 916/2013), ao abrigo do disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de dezembro, o elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para execução daquelas missões, e os critérios de transição dos recursos humanos.

O Município de Lisboa deve garantir a monitorização e o acompanhamento técnico da implementação da referida deliberação, apresentando relatórios periódicos sobre este processo (cfr. n.º 13 da Secção E da Versão Consolidada da Proposta n.º 915/2013).

Para tal, através do Despacho n.º 67/P/2014, publicado no 3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1056, de 15 de maio de 2014, o grupo de trabalho criado ao abrigo do Despacho n.º 21/P/2013, sob a coordenação do Professor João Seixas, assume a nova denominação de «Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa», tendo por missão proceder aos trabalhos de acompanhamento técnico e monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa, devendo passar a apresentar os relatórios de monitorização sobre o processo da Reforma Administrativa de Lisboa trimestralmente a partir da data de assinatura dos



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA GRAÇA FONSECA

primeiros autos de efetivação da transferência de competências para as Juntas de Freguesia.

Em sessão de 15 de julho de 2014, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 278/CM/2014, de 11 de junho, relativa ao 1.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa.

Em sessão de 18 de novembro de 2014, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 643/CM/2014, de 18 de novembro, respeitante ao 2.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa.

Em sessão de 10 de Março de 2015, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 49/CM/2015, de 28 de janeiro, relativa ao 3.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa.

Assim, tenho a honra de propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal o 4.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, nos termos da proposta.

Lisboa, ²⁹ de abril de 2015.

A Vereadora,

Graça Fonseca



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião Pública de Câmara de 29 de abril de 2015, a ata, os votos de congratulação, as moções, o voto de saudação, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da acta n.º 61 da reunião de Câmara de 01 de abril de 2015.

(Aprovada por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º (Subscrito pelo Sr. Presidente) 5/2015

Aprovar um Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo de Direito, aos seus atletas, treinadores e dirigentes, pelo elevado mérito desportivo alcançado na competição nacional de rugby;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º (Subscrito pelo Sr. Presidente) 6/2015

Aprovar um Voto de Congratulação ao Sporting Clube de Portugal, aos seus atletas, treinadores e dirigentes, pelo elevado mérito desportivo alcançado na conquista da Taça CERS em hóquei em patins;

(Aprovado por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta de Alteração n.º (Subscrita pelo Sr. Vereador João Gonçalves
233/2015 Pereira)**

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão aprove, aplicar uma metodologia específica no cálculo da tarifa de resíduos urbanos aos sectores da restauração e alojamento, nos termos da proposta;

(Rejeitada com 3 votos a favor (1CDS/PP e 2PCP) e 11 votos contra (6PS, 3 Ind. e 2PPD/PSD))

**Proposta n.º 233/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo
Saraiva)**

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão aprove, aplicar uma metodologia específica no cálculo da tarifa variável de resíduos urbanos aos sectores da restauração e alojamento, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 262/2015 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal o 4.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (7PS, 3Ind. e 2PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))

Proposta n.º 157/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa referente a 2014, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (7PS, 3Ind., 1CDS/PP e 2PCP) e 2 votos contra (PPD/PSD))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 267/2015 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto e pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a classificação do bem cultural constituído pelo edifício da Escola EB1 Raúl Lino da Calçada da Tapada, na Freguesia de Alcântara, como Imóvel de Interesse Municipal, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 268/2015 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto e pelo Sr. Vereador João Afonso)

Atribuir a Medalha Municipal de Mérito Social à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 274/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Gonçalves Pereira)


Aprovar o reforço de medidas de proteção do Património Edificado, de remoção de grafitos, afixações e promoção da proteção e manutenção das superfícies tratadas, nos termos da proposta;

(Adiada)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Luís Loureiro* por despacho de delegação de competências da Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 29 de abril de 2015

O Presidente


- Fernando Medina -

PROPOSTA 262/2015 - APROVAR SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O 4.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA.

O Sr. Presidente: - Vamos agora o ponto 6 da ordem e Trabalhos, a Proposta 262/2015. Tenho a informação que poderemos proceder sem a apresentação do relatório por isso passo a palavra. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado Sr. Presidente. Isto começa realmente de uma forma particularmente pouco feliz. E pouco feliz porque este relatório e esta proposta foram enviados para os Gabinetes às 19 h de sexta-feira dia 24 de Abril, ou seja, depois já de terem saído, como?

(Diálogos fora do microfone)

O Sr. Vereador Carlos Moura: - É assim eu não estou a pedir o adiamento, esta proposta merecia uma maior dignidade na sua apreciação, não é exatamente o adiamento mas se entender que, porque é assim, apesar de tudo nós estamos em condições de a discutir m, sim. E portanto entendemos que esta proposta assim como as seguintes mereceriam uma outra dignidade na sua apreciação e uma base de análise mais profunda. Bom, da análise que fizemos apesar de tudo, aquilo que podemos verificar é que é dito, agora pela primeira vez que os trabalhadores das Juntas foram, aqueles que transitaram da Câmara para as Juntas, foram agora ouvidos. Foram agora ouvidos mas num universo de trabalhador por Junta de Freguesia, ou seja, 24 em 1270 trabalhadores. Achar isto que é representativo e estatisticamente significativo para se fazer uma conclusão sobre a opinião dos trabalhadores em relação a esta forma administrativa e transferência de competências, é no mínimo, diria estranho, uma vez que nenhum método estatístico nos autoriza a validar estas opiniões, 24 em 1270. É um problema de amostragem absolutamente intransponível. Mas a própria análise da audição dos trabalhadores acaba por ser extramente vaga, falam-se em vantagens globais em que as vantagens globais são referidas e já que no diz respeito ao que diz as vantagens se diz, foram conhecidas algumas desvantagens. Ora, isto para um relatório que é suposto ter u rigor na sua análise é uma apreciação também que está aqui enviesada em relação às opiniões da equipa que faz o relatório que aliás, são favoráveis, isto é quase como ser juiz em causa própria. Estas audições aos

trabalhadores não só pecam por tardias mas como as conclusões retiradas têm uma componente que nos leva a ter certas dúvidas, ainda por cima porque de fato, apesar de tudo vê-se que existem questões que são levantadas pelos trabalhadores e que levam a questionar toda esta apologia desta, da reforma administrativa nas suas várias vertentes. Continuamos a entender que esta monitorização do processo deveria ser efetuada por uma entidade externa e independente em relação a todo ele e mais ainda, que pese embora este relatório seja orientado, nos aspetos negativos transparecem duma forma muito clara. Nós notamos aqui por exemplo que dos 2971 trabalhadores das 24 Juntas, 1419 estão em prestações de serviço, ou seja, aumentou a precarização em relação aquilo q que existia, que era anteriormente na Câmara, quera qui que existia nas autarquias. Isto demonstra o quê? Que as autarquias não têm pessoal mesmo com a segunda fase tendo decorrida para dar resposta às necessidades e estão a recorrer à contratação em situações precárias para dar alguma resposta aos problemas. Depois perderam-se as capacidades de articulação e de sinergias que existiam anteriormente e isto é um fato muito claro quando por exemplo se fala com os trabalhadores dos postos de limpeza que felizmente temos visitado alguns e conversado com os trabalhadores levando a que questões tão simples como era a lavagem dos fardamentos que eram feitos na lavandaria da Câmara, passaram agora os trabalhadores das Juntas a ser feitas nas suas casa, a serem feitas nas suas casas. Veja-se bem o que é um uniforme de trabalho de varredura e desentupimento de sargetas ser levado para sua casa para ser lavado conjuntamente com a sua roupa doméstica. Isto é uma situação que de fato mostra o que é perda de articulação e sinergias das Juntas a que anteriormente quando isto estava dentro da Câmara não se processava. Mais uma vez demonstra que para dar resposta a estes problemas a atuais estruturas das Juntas de Freguesia apenas com um eleito a tempo inteiro não são suficientes para assegurar o correto acompanhamento de todos estes processos. Veja-se por exemplo que muitas das vezes e muitos dos concursos dos fardamentos estes têm tido deficiências, têm tido reclamações, situações de fardamentos que são inadequados, que são insuficientes, de meios inadequados, meios insuficientes... questões tão simples como por exemplo o moto cão que passou para as Juntas de Freguesia mas que estas não têm pessoal para os poder conduzir. Questões tão simples como os meios mecânicos de varredura que muitos deles se encontram avariados e sem a possibilidade de servirem para o serviço para o qual estavam anteriormente alocados sem que se possa substituir por outros que existiam anteriormente

nas Câmaras Municipais. E isto é apenas um breve retrato daquilo que vai acontecendo a nível das Juntas de Freguesia, ou seja, a precarização, a perda de sinergias, os problemas a nível da própria logística que está associada às funções que estes trabalhadores desempenham, e isto já para não falar de outros problemas. Temos problemas aí com balneários dos postos de limpeza que passaram para as Freguesias que digamos, eu jamais pensaria que existissem na cidade de Lisboa, isso é verdade que eles anteriormente estavam assim, não tinham a ocupação que têm neste momento. Os trabalhadores estavam distribuídos de uma forma diferente e não estavam estes balneários subcarregados como se encontram hoje como é o caso, por exemplo do posto de limpeza de S. Sebastião e portanto Sr. Presidente, a análise deste relatório é que muita coisa, se é que se estas situações devem prosseguir têm que ser alteradas e têm que ser mudadas e tem que ser cogitado um outro aspeto. Basta ver por exemplo, ainda agora recentemente, até nas questões dos espaços verdes que uma série de munícipes e de associações, sempre se têm demonstrado bastante agastados por esta competência estar nas Freguesias e com isso ter arrastado todo um processo de quadros deficientes nas questões dos espaços verdes e portanto Sr. Presidente, não é só na varredura, não é só nos espaços verdes, não é só nos equipamentos desportivos, não é só nas bibliotecas, há uma série de trabalhos, de serviços que eram prestados pela Câmara Municipal de Lisboa e que hoje o são pelas Freguesias que nós entendemos não correm da melhor maneira, daquilo que vamos vendo da realidade, não correm da melhor maneira. Não podíamos obviamente acompanhar esta visão laudatória que é apresentada neste relatório e votaremos obviamente em consequência. Mais ainda Sr. Presidente gostaríamos de fazer o apelo para que numa próxima avaliação, no próximo relatório de avaliação, este fosse entregue com uma maior antecedência por forma a fazer um estudo mais exaustivo daquilo eu aqui se encontra. E portanto nesse sentido se assim não for o entendimento desta maioria nós cogitaremos a possibilidade de apresentar uma proposta que faça a uma alteração ao regimento para este tipo de propostas, estas e as seguintes, as dos dois pontos seguidos, possam efetivamente ser entregues com tempo mais alargado para a sua digna apreciação. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador, se solicitar qualquer adiamento ele será feito sem discussão, não havendo nenhuma urgência particular e por isso só o fazemos aqui hoje porque o Sr. Vereador sinalizou em estar em condições para o fazer. Eu já passarei a palavra à

Vereadora Graça Fonseca mas deixe-me dizer-lhe que sempre que o ouço, sempre que o ouço falar sobre a reforma administrativa não consigo imaginar melhor elogio à Câmara Municipal e aos seus Vereadores porque parece que estava mesmo tudo bem antes da reforma, corria tudo bem, tudo funcionava bem, a cidade não tinha problemas, os Vereadores da maioria eram magníficos, que dirigiam superiormente os serviços e ação, e ação do executivo e pronto, e agora a reforma é que veio aqui causar uns problemas, péssimos para a cidade e muito maus, eu agradeço o elogio ao executivo. Vereador António Proa.

O Sr. Vereador António Proa: - Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores. De fato eu tenho a mesma visão Sr. Vereador Carlos Moura relativamente quer ao relatório, sobretudo ao processo que eu acho que é o que mais importa e começava por saudar a Sra. Vereadora Graça Fonseca, não só pela apresentação formal do relatório mas eu diria especialmente pelo acompanhamento que sempre fez e pela dedicação com que acompanhou este processo e a ela se deve também o sucesso desta reforma. Estou daqui a retirar obviamente os atores principais que são os Presidentes de Junta e os eleitos locais que têm sido a demonstração mais evidente que tínhamos razão quando decidimos confiar mais responsabilidades aos Autarcas das Freguesias. Queria também saudar o Sr. Prof. João Seixas, Saudar o Presidente Rosa do Egípto pelo trabalho que têm feito.

Este relatório é o 4º, coincide sensivelmente com 1 ano de efetiva Reforma Administrativa da Cidade por quando as competências foram efetivamente transferidas, algures em Março do ano passado e portanto estamos com 1 ano efetivamente de Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa e eu, não obstante de querer fazer algumas considerações mais em concreto relativamente aquilo que são conclusões do relatório, não queria deixar de começar por fazer uma apreciação mais genérica e acho que, algumas das preocupações, legítimas com certeza, que foram aqui manifestadas desde logo, pelo Sr. Vereador Carlos Moura são a demonstração mais evidente de que esta Reforma foi bem sucedida, com todas as imperfeições, com todos os erros com todas as melhorias que têm de ser introduzidas, esta Reforma tem sido bem sucedida e, eu ainda á pouco comentava e tenho comentado aliás com os Srs., com muitos dos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia, que com todas as dificuldades que eles apontam, eles próprios afirmam que: Ainda bem que hoje têm mais competências, mais recursos para fazerem aquilo que estava no espírito inicial da Reforma, que era que os meios públicos, as

responsabilidades das Autarquias pudessem ser satisfeitas com maior eficácia e isso está demonstrado pela prestação das Juntas de Freguesia. Claro que podemos fazer melhor, claro que se pode fazer melhor, claro que esta Reforma pode ir mais longe, mas se podemos dizer isto é porque até agora disse com todas as imperfeições a Reforma demonstrou que fizemos a opção correta quando confiamos nas Freguesias e nos seus Autarcas e quando fizemos uma reforma verdadeiramente de baixo para cima como devem ser este tipo de reformas.

Mais uma nota, o PSD comprometeu-se desde a primeira hora com esta reforma; empenhou-se nela, eu diria e creio que não serei, não usarei de presunção se disser que esta Reforma também se concretizou pelo compromisso assumido pelo PSD, mas sobre tudo o que eu quero dizer é que, continuamos empenhados e comprometidos quer com esta Reforma quer com o aprofundamento de que esta Reforma pode beneficiar, mas sobre tudo que a Cidade pode Beneficiar com o aprofundamento dessa Reforma. Para não maçar, mas porque eu acho que é sempre importante fazer estas referências, estas renovações de compromisso e, porque a hora já vai adiantada, no que diz respeito em concreto a este relatório eu quererei dizer 2 ou 3 coisas breves. Em 1º lugar, são referidas pela parte das Freguesias algumas dificuldades, desde logo no que diz a recursos humanos, especialmente recursos humanos qualificados, dedicados a áreas específicas de apoio ao funcionamento das Freguesias no âmbito agora deste conjunto mais alargado de responsabilidades, esse é um fator que foi diria, menos bem sucedido no processo de transferência de recursos humanos da Câmara para as Juntas de Freguesia, é uma evidencia e é matéria que, terá que ser acompanhada com cuidado porquanto beneficiará o trabalho das Juntas de Freguesia com a resolução deste problema que diz respeito á dotação de recursos humanos para algumas áreas. Obviamente que não ignoramos o quadro da situação do Pessoal das Juntas de Freguesia, a tal referência que foi feita, fruto de uma notícia que saio no início da semana, que aliás é uma referência clara desta Reforma quanto á situação, ao vínculo dos trabalhadores, bom, mas vale a pena se calhar fazer uma outra referência, se essa concentração é superior no âmbito daquilo que é o pessoal universo dos colaboradores das Juntas de Freguesia, bom, essa situação é uma situação que não, é uma inovação, ou seja, ela acontecia nas funções que eram exercidas por esses mesmos colaboradores quando eles estavam na Câmara Municipal, só que a situação, face ao universo de trabalhadores da Câmara Municipal resultava numa maior diluição e agora há uma maior concentração, vale a pena fazer este

esclarecimento, não que eu esteja aqui a defender a continuidade desta situação digamos que, mais precária dos trabalhadores mas, e deve ser encontrada uma solução para isso, mas eu diria que estou certo que as Freguesias são as primeiras a procurar naquilo que seja razoável resolver esses problemas e fazer essa transição.

Depois é feita também a referência a alguma dificuldade de articulação entre as Juntas de Freguesia e o Município em algumas áreas. Eu destacaria a questão do licenciamento e da interpretação de Regulamentos e da sua aplicação. E parece-me que a matéria que deve ser aperfeiçoada e deve haver um maior investimento e o maior cuidado nesta articulação entre as novas competências das Juntas de Freguesia na medida em que elas dependem, ainda de articulação com Município e a questão do licenciamento é o, creio eu o exemplo mais típico desta dificuldade.

Depois a formação, parece estar a ser feito um esforço na formação dos recursos humanos, mas ainda há que, continuar a apostar nessa formação.

É feita também uma referência á vantagem de se concretizar algo que já há tempo que é referido e que eu acho que tarda mas que tem que ser concretizado que tem que ver com o Guia do Município e isso é matéria também muito importante para tornar mais igual o trabalho que é desenvolvido por cada uma das Juntas de Freguesia em matérias que são comuns a toda a Cidade, portanto, alguma normalização de procedimentos e de relacionamento com as Juntas de Freguesia.

Por fim, uma nota, ou melhor duas notas que têm mais que ver com a Câmara Municipal. Eu, em relatórios anteriores fiz esta referência e não vejo se tenha evoluído, pelo menos tanto quanto era desejável e, que diz respeito ao impacto da Reforma na própria Câmara Municipal de Lisboa e na sua organização e nos seus serviços. Falta algum aprofundamento desse impacto, do meu ponto de vista, continua a pecar por defeito este relatório como em relatórios anteriores e portanto o apelo que eu deixava era que, se pudesse melhorar aí no que diz respeito á avaliação do impacto no funcionamento da Câmara porque eu acho e, tem sido, foram evidente e aliás, logo a seguir á Reforma na limpeza, na recolha de resíduos foi evidente o impacto que a Reforma teve na organização da Câmara, mas essa monitorização devia ser mais bem traduzida em próximo relatório.

A última nota de facto tem que ver com as zonas de conflito e de conflito potencial entre a ação da Câmara e da Junta de Freguesia. Não escondo que eu quando, e tive oportunidade de referir aquando da discussão da ultima, recentemente da reorganização dos serviços que foi aqui apresentada votada e

toda esta também já foi votada, creio que esta semana na Assembleia Municipal aponte aquilo que me pareciam focos de potencial conflito que estavam a ser criado na organização que foi proposta. Vale a pena ter atenção a esse risco de conflito, porque o risco de conflito significa a falta de eficácia na gestão de recursos e eu acho que é de todo de evitar.

Eram estas notas que queria deixar saudando mais uma vez o trabalho que tem sido liderado pelo Sr. Professor João Seixas e, mais uma vez também sublinhando o empenho da Sra. Vereadora Graça Fonseca.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado.

Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente. Em primeiro lugar, evidentemente cumprimentar os autores e, de uma forma absolutamente telegráfica, embora eu tivesse aqui mais algumas dúvidas, mas de uma forma telegráfica queria destacar a parte positiva, que eu encaro como mais positiva deste mesmo relatório. Uma delas tem a ver com o Guia do Município. Uma segunda com o desenvolvimento do painel de indicadores competitivos com governação urbana e em terceiro lugar o inquérito aos cidadãos e, portanto não queria de deixar de referir isso embora tenha aqui algumas reservas sobre outros pontos do relatório mas cumprimento evidentemente os autores pelo trabalho que aqui fizeram mais uma vez. Obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Sr.^a Vereadora Graça Fonseca, ah, Vereador João Bernardino, peço desculpa.

O Sr. Vereador João Bernardino: - Sr. Presidente, muito obrigado. Eu vou ser rápido, até porque o essencial já foi dito e nomeadamente pelo Vereador Carlos Moura.

Mas oh Sr. Presidente, não resisto a responder à questão que colocou. Nomeadamente se antes estava tudo melhor? Sr. Presidente, dizer-nos isso a nós, que intervimos ao longo do tempo, da forma como intervimos, com Propostas para melhorar as coisas na situação em que a Câmara estava, como perfeitamente tão bem ou melhor do que eu.

Colocar isso dessa forma, colocar a bola do outro lado, não podia passar sem lhe lembrar isto, e dizer que não, não vás por aí, o caminho não é este, o

caminho é outro, era reforçar tudo o que tínhamos à nossa mão, uma Câmara, os seus objetivos e não o cenário, que apesar de não quererem ver, que está aqui agora à nossa frente e que consubstancia este casamento entre o PSD e o PS.

E Sr. Presidente, o Senhor foi também padrinho destes 2 padrinhos, a Graça Fonseca e o Vereador António Proa, são padrinhos, só não vão vestidos com aquele fraque, no sentido de levar por diante esta Reforma, que na realidade, historicamente, já está a ser demonstrado hoje, que não serve os interesses fundamentais da Cidade.

A não ser por caminhos destes que estão aqui já demonstrados pelos vossos próprios Relatórios, seja a externalização de serviços, o seu aumento; seja a situação laboral de muitos destes Trabalhadores; seja a não resposta integrada, como foi dita aqui em relação a algumas áreas, nomeadamente a recolha de lixo e não só, portanto a vida está a demonstrar que de facto este não é o caminho.

Aliás, Sr. Presidente, recorde-lhe que esta questão aqui, não foi só aqui também, foi ao nível nacional, que de mão dada com o Governo na extinção das Freguesias, tudo o que isso trouxe para o País, de negativo e de mau para o próprio País e para o aprofundamento do Poder Local Democrático.

Portanto Sr. Presidente, é só dizer-lhe que de facto o caminho não deveria ser esse, mas devia ser o outro, reforçar toda a intervenção interna da Câmara nas suas áreas e as potencialidades todas que tinha e ainda tem, naturalmente.

O Sr. Presidente: - Vereador António Proa, só se for para defesa da honra.

O Sr. Vereador António Proa: - Sr. Presidente, peço desculpa, mas se me permite. Enfim, com toda a simpatia, apesar de tudo...Se quiser considerar dessa forma, assim será, mas será muito breve. Oh Sr. Vereador João Bernardino, com toda a estima pessoal que tenho, ainda assim, há coisas que apesar da boa disposição não podem passar de forma ligeira.

De facto, eu empenhei-me e não estou arrependido, o PSD assumiu a Reforma e continua comprometido com ela, porque temos uma diferença substancial e não é uma novidade ouvir esta afirmação e esta posição do PCP, que o faz aliás em coerência, o Partido Comunista é um Partido conservador, centralista. Nós apostámos nesta Reforma, porque acreditamos no potencial dos autarcas das Freguesias e por isso lhes quisemos conceder mais recursos, mais meios, mais competências, porque acreditamos que os autarcas das Freguesias podem desempenhar de forma mais eficaz, muitas das tarefas que de forma

menos eficaz eram garantidas pelo Município, foi essa a única razão pela qual fizemos, continuaremos empenhados em aprofundar esta Reforma.

E permita-me que lhe diga, que eu estou firmemente empenhado para que o que possamos aprender da implementação desta Reforma, possamos aprofundá-la ainda mais, no sentido de transferir ainda mais competências para as Freguesias, na medida em que elas signifiquem uma maior eficiência naquilo que é o que nos deve preocupar.

Não é, não são visões demagógicas sobre o que deve ser o poder interno, foi a expressão que utilizou, da Câmara, o que nos deve preocupar, é de que forma podemos servir melhor os cidadãos, foi isso que nos guiou para essa Reforma e é por isso que continuamos empenhados nela, não nos surpreende obviamente a posição do PCP.

O Sr. Presidente: - Srs. Vereadores, já percebi, defesa da honra, o Vereador António Proa não se considera Padrinho, tem que ter um papel mais destacado ainda, já percebi.

Srs. Vereadores, peço-vos que não, oh Sr. Vereador, a sua honra está defendida, eu tenho que vos pedir para avançar, são 8 e meia, ainda por cima, esta discussão repete-se em várias reuniões; eu sei que teremos oportunidade pelo 5.º Relatório, talvez possamos no início da Ordem de Trabalhos, para voltarmos a isto com um novo vigor e um novo animo, eu agora dava a palavra à Vereadora Graça Fonseca, para telegraficamente encerrar e prosseguirmos a Ordem de Trabalhos.

A Sr.ª Vereadora Graça Fonseca: - Muito obrigado Sr. Presidente, serei telegráfica.

O Sr. Presidente: - Ah, e Carnide está pior, agora, claro.

A Sr.ª Vereadora Graça Fonseca: - Bastante pior. Para começar telegraficamente, e começar do particular para o geral, começando pelo particular e algumas questões que foram colocadas sobre a questão de Recursos Humanos, dos Trabalhadores.

Não é verdade a afirmação que o Sr. Vereador faz, de que aumentou a precarização, porque se tivesse lido o Relatório, se calhar, provavelmente leu-o, mas e tivesse destacado também o que é a situação antes e a situação depois, teria reparado que antes a Taxa de Prestação de Serviços era de 85%; e hoje a situação é diferente. Porquê? Porque como é evidente, as pessoas

que estavam com Prestação de Serviço nas Freguesias anteriormente, se mantiveram; os Funcionários que transitaram para as Freguesias, vieram da Câmara com o Vínculo de Funcionários Públicos.

E portanto, não é verdade a afirmação que o Sr. Vereador faz, de que há um aumento da precarização; o que aconteceu sempre, e aliás falámos disto ao longo do tempo, sempre, foi que as Freguesias que já tinham Contratos de Prestação de Serviços, e várias Freguesias o têm e continuaram a ter, não iam fazer cessar os Contratos por via da Reforma, isto é uma primeira nota particular que chamo a atenção.

Relativamente à questão também dos Funcionários que foram ouvidos e não foram ouvidos, Sr. Vereador, ao longo do tempo nós dissemos sempre que a Equipa iria fazer sempre entrevistas e vistas às Freguesias, o que fez; neste Relatório chamo à atenção, que para além de ter ouvido os Funcionários e fazer visitas, foram realizados os chamados focos grupos, que já há muito que estavam previstos e que desta vez foram, com 3 Funcionários de cada uma das Freguesias que foram envolvidos neste trabalho.

E portanto, é óbvio que não foram ouvido o universo de 100% dos Funcionários, lá chegaremos, ainda assim só temos 1 ano de acompanhamento da Reforma, mas os focos grupos que o Sr. Vereador não referiu, foram, integraram 3 Funcionários por cada Freguesia, a acrescer àquele outro Funcionário que o Sr. Vereador referiu, que foi ouvido.

Questões particulares, eu não quero entrar aqui muito, porque como disse o Sr. Presidente, estamos já adiantados, mas só para referir que não é verdade que a precarização tenha aumentado por força da Reforma, 1.º Ponto; 2.º Ponto, não é verdade que os Trabalhadores não tenham sido ouvidos neste Processo de Modernização.

Quanto à questão da, também outras questões particulares que foram levantadas, nomeadamente a questão do Guia do Município, que o Sr. Vereador António Proa também referir, para dizer aquilo que já disse anteriormente, que é, o que eu sempre disse foi, o Guia do Município está a ser elaborado, está neste momento a ser elaborado pela Divisão de Relação com o Município em cooperação com a Equipa de Trabalho, e foi importante este ano, precisamente para percebermos muitas das questões que foram sendo acertadas ao longo deste tempo entre Freguesias e Câmara.

Salientou aliás, como os Srs. Vereadores sabem, que a passagem de licenciamento ocorreu bastante mais recentemente, e portanto nós quisemos foi que o Processo estivesse consolidado o suficiente, para agora elaborar um Guia do Município com muito mais informações para os Municípios, isto sem

prejuízo de ao longo do tempo, também reforço, ter estado sempre disponível, quer nos Balcão de Atendimento, nas Freguesias e na Câmara, toda a informação sobre a quem compete o quê.

E portanto, agora vamos consolidar essa informação, mas ao longo deste ano foram sempre dadas informações às pessoas, quer nos Balcões da Câmara, quer através das Juntas de Freguesia.

Por outro lado também, Sr. Presidente, só para realçar que de facto não temos a mesma visão, na nossa perspetiva, a Cidade está bastante melhor, e há aliás um aspeto importante deste Relatório, em que são destacadas as ações inovadoras que ocorreram em cada uma das 24 Freguesias, depois da passagem de Competências.

E eu chamo a atenção para que uma das ações inovadoras que foram realizadas, é precisamente, quer a intervenção no Espaço Público, quer muitas obras que foram feitas dos Postos de Limpeza, que há muito aguardava serem feitas, e que foram feitas depois das Transferência de Competências para as Freguesias, obras essas que foram assumidas pelas Freguesias em colaboração com a Câmara

E portanto neste Relatório, essas ações estão todas elencadas, estão todas identificadas e estão todas quantificadas, para além da questão do painel de indicadores qualitativos.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que completa-se 1 ano da Reforma, eu não tenho nenhum problema em dizer publicamente, que se há algo que eu gostarei sempre de ser reconhecida, é por ser madrinha desta Reforma, se em 5 anos algo valeu a pena, foi esta Reforma, e digo-o sem nenhum problema, Sr. Vereador, para que fique registado na Reunião Pública.

Porque acho objetivamente, que quem contribuiu para esta Reforma, e hoje em dia a equipa que trabalha, o Prof. João Seixas, o José Rosa do Egito e muitas das pessoas que trabalham aqui, quer Funcionários da Câmara, quer das Freguesias, contribuíram objetivamente para que a Cidade esteja melhor, e para que daqui a 4 anos, no final deste Mandato, a Cidade esteja muito melhor do que estava antes desta Reforma.

Por isso, Sr. Vereador, tenho o orgulho em poder dizer que sou madrinha desta Reforma, e ainda bem que foi feita também com o Sr. Vereador António Proa, que deu um contributo muito importante ao longo deste Processo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Srs. Vereadores, vamos então votar. Sr. Vereador Carlos Moura, dou-lhe a palavra, são 8 e 30 da noite, apelo até à sua compreensão sobre a nossa capacidade de o ouvir.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Eu compreendo, e portanto vou ser muito rápido.

Agora, a Sr.^a Vereadora Graça Fonseca afirmou, não é verdade; e eu digo-lhe aqui, o que não é verdade, é que as Juntas anteriormente não tinham estas Competências, passar Trabalhadores, junto com alguns Equipamentos; outros ficaram para passar, numa outra fase, mas as Competências passaram para as Juntas.

A Juntas não tinham pessoas, não tinham funcionários para abraçar estas Competências, as Juntas foram prover-se externamente, quer de prestações de serviço, quer em outras circunstâncias, de funcionários para dar resposta a estas questões, todos eles em Regime Precário, portanto não me diga que isto não é verdade, as situações que se passavam anteriormente não são comparáveis àquilo que se verifica neste momento.

O Sr. Presidente: - Srs. Vereadores, vamos então votar o Ponto 16 da nossa Ordem de Trabalhos, a Proposta 262/2015. Quem vota contra? Quem se abstém? A Proposta foi aprovada com os votos contra do PCP, com a abstenção do CDS/PP e o voto a favor dos restantes Vereadores.

Declaração de voto do Vereador Carlos Moura.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 262/2015, a qual foi aprovada por maioria com 12 votos a favor (7PS, 3Ind. e 2PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP)

O Sr. Vereador Carlos Moura apresentou declaração de voto.